Os Processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)

*Lená Medeiros de Menezes**

Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes ...
Uivos de dó pelas estradas,
Junto dos cais, nas amuradas
Das naus distantes...

Lá vão levados, mar sem fundo,
Longe das noivas e dos pais!...
Terras, Jesus! Nos fins do mundo
Voltarão? Quando, mar profundo?[1]
Finis Patrie (1890)

Variadas são as fontes sobre a e(i)migração. Para além daquelas mais conhecidas, que possibilitam a visualização de movimentos e fluxos, outras permitem acrescentar dados novos ao estudo dos processos migratórios, ensejando que a dialética entre o quantitativo e o qualitativo, bem como entre o individual e o coletivo, tracem novos contornos na epopéia em que se constituiu (e se constitui) a partida de milhares de homens e mulheres em busca da concretização do sonho de um futuro melhor em terra estrangeira. No caso português "... drama de ontem e de anteontem".[2]

No Brasil, foram os estudos sobre a escravidão e, principalmente, sobre o impacto dos processos de abolição e transição para o trabalho livre na empresa cafeeira que despertaram o interesse pelos estudos históricos sobre a imigração.[3] Em um primeiro momento, os olhares direcionaram-se

* Professora Titular de História Contemporânea da UERJ. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em História Social das Idéias pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora dos livros Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade (Rio de Janeiro, EdUERJ, 1997) e Os Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (Rio de Janeiro, Arquivo nacional, 1992), além de artigos variados, publicados em revistas nacionais e estrangeiras, sobre imigração, expulsão de estrangeiros, anarquismo, mulher e gênero.

[1] Apud: Joel Serrão. *A emigração portuguesa*, sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, pp. 27-8.

[2] Joel Serrão. Idem. A citação completa inclui a caracterização como "drama de hoje, drama de ontem e de anteontem". Considerando, porém, que o livro teve sua primeira edição publicada em 1972, quando a União Européia ainda era realidade distante, optei por manter apenas o ontem e o anteontem.

[3] Cf. Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

para o campo e para o florescimento do café no oeste paulista. A imigração urbana, por conta dessa priorização, permaneceu secundarizada - quando não esquecida. A tendência ao silenciamento foi mais impactante na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e da República, cujo processo imigratório repousava nos fluxos orientados de Portugal, negligenciados por uma historiografia que se dedicava a privilegiar nacionalidades mais distanciadas cultural e lingüisticamente.[4]

Hoje, entretanto, a primeira constatação que se faz com relação à história da urbanização brasileira, com destaque para as cidades litorâneas e, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro (capital do país até 1960), é a de que a expansão urbana da história independente do país muito deveu à presença do(a) imigrante português(a), esmagadora em determinados setores-chave para o progresso urbano.

Recordar, por exemplo, a figura do comendador dos tempos imperiais é colocar em foco o português e, em destaque, o comerciante português. Na base desse comércio, por outro lado, a figura do jovem caixeiro, desde muito cedo, passou a compor a paisagem humana da capital brasileira desde muito cedo. Vinculada, inicialmente, à ação das casas exportadoras de vinhos da região do Douro, sua importância cresceu à medida que o comércio a varejo ganhou impulso e o braço escravo foi reorientado para a lavoura. A imigração de massa ocorrida a partir dos anos 70, adensada nos anos 90, "compreendeu em seus contingentes meninos-homem destinados a se tornar ajudantes das casas comerciais, sempre preferidos aos brasileiros pelos portugueses já estabelecidos";[5] personagens imortalizados nas crônicas sobre a cidade, com suas histórias de sonhos e dificuldades compondo o imaginário urbano[6] :

> Os seus caixeiros ... Vejamos o Manuel de Povoa, o primeiro, o que serve uma genebra ao freguês, o lápis atrás da orelha, leve buço e ar melífluo ... É bem um tipo de marçano da época,

[4] Para o resgate da presença portuguesa no Rio de Janeiro deve ser dado destaque ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Profª Gladys Sabino, desde sua dissertação de Mestrado sobre a anti-lusitanismo no Império.

[5] Lená M. de Menezes. "Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos". In: Ângela de Castro Gomes (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000. p. 165.

[6] Observe-se que, até a imigração de massa a partir dos anos 70, a 'profissão' de caixeiro incluía quatro estágios principais: o caixeiro de balcão, o caixeiro de 'porta-fora', o caixeiro de escritório e o guarda-livros. Com o aprofundamento da modernização, o guarda-livros passou a ter *status* próprio e o caixeiro de escritório ganhou prestígio. Desta forma o caixeiro passou a ser, tão somente, aquele que era responsável pelo auxílio às vendas e pelos carretos e entregas. Sobre os estágios mencionados, Cf. Rio de Janeiro. *O Caixeiro*, nº 2, 26 de outubro de 1873.

> com o seu cabelo rente, quase à escovinha, negro, a descer em bico sobre a testa, a sua bochecha corada e as suas tamancas de couro cru. Merece simpatia o menino te e inspira compaixão. A sua história é igual à de quase todo aquele que, ainda criança, aqui chega, vindo de Portugal. História triste.[7]

Nem só os sucessos, dessa forma, compuseram a história da imigração e, principalmente, a da imigração urbana. Muitos foram aqueles que fugiram à falta de oportunidades e à pobreza em Portugal, mas vieram a reencontrá-las do outro lado do Atlântico, ainda que os registros de seu desalento quase sempre fossem ocultados das famílias das quais estavam separados. A dificuldade em assumir seus fracassos levava-os, não raras vezes, a narrar conquistas situadas no mundo do sonho e mesmo do quase impossível.

É certo que os sucessos caracteriza a biografia de comerciantes enriquecidos no Brasil, que deixaram registros de suas vitórias em diferentes aldeias portuguesas. Um dos exemplos mais emblemáticos é o de Manuel Sendas. Natural de Cardenha, pequena aldeia de Trás os Montes, tinha 15 anos incompletos quando, no ano de 1914, saiu de sua terra natal para transformar-se em mais um dos caixeirinhos da cidade do Rio de Janeiro, dormindo "em cima dos sacos" nos fundos do armazém em que trabalhava. Com 24 anos abriu negócio próprio na periferia da cidade do Rio de Janeiro (Baixada Fluminense). Depois de oito anos, voltou a Portugal, mas o reencontro com as dificuldades que haviam pressionado sua saída para o Brasil levaram-no a re-emigrar. Corria então o ano de 1935. O novo armazém que abriu floresceu rapidamente, possibilitando a abertura de filiais que vieram a se transformar, quando a conjuntura o permitiu, em uma das maiores e mais afamadas redes de supermercados no Brasil.[8]

Histórias como a de Manuel Sendas alimentam, certamente, uma mitologia da imigração que deixa pouco espaço para o desvelamento da trajetória daqueles que não conseguiram transformar sonhos em realidade, muitos deles adensando as estatísticas policiais.

Segundo Thompson, "... as minorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos", havendo relance de sua presença nos momentos de crises, razão pela qual é sempre "tentador procurá-las nos arquivos criminais".[9]

7 Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro de meu tempo*, 2.Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 2ª ed., pp.358.

8 Ver Márcia Maria Sendas. *Meu avô, comendador Manuel Antonio Sendas. Origem da família Sendas no Brasil.* Rio de Janeiro: Four Print, 1994.

9 E. P. Thompson. *A formação da Classe Operária Inglesa*, v. 1. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.57.

Partindo deste pressuposto básico, e considerando que os arquivos policiais podem contribuir para a construção de um outro olhar sobre a história da imigração em geral e sobre a história da imigração portuguesa em particular, optamos por destacar os processos de expulsão como fontes privilegiadas para o estudo dos bastidores urbanos.[10] Ainda que quantitativamente o conjunto desses processos apresente-se com pouca densidade e não represente o volume total dos indivíduos que foram expulsos do país, neles estão reproduzidas fragmentos de trajetórias silenciadas que, trazidas à luz, permitem lançar novos olhares sobre a epopéia e(i)migratória.

Ainda que concordemos com a afirmação de que a tramitação dos processos era inquisitorial, tendo em vista que todos os procedimentos adotados orientavam-se pelo desejo da expulsão, os dados constantes dos autos de identificação dos processados permitem constatar tendências relativas, por exemplo, à região de origem deles, idade, sexo, estado civil, inserção na sociedade brasileira e outros. Mais do que tudo, eles permitem o trabalho com a individualidade em sua relação com as tendências coletivas, trazendo à luz atores escondidos nas cifras de entrada e saída de imigrantes que compõem os estudos baseados no *pull-push* tradicional. Não raras vezes, os processos desvelam o destino de imigrantes sobre os quais "nunca mais se ouviu falar",[11] caso do espanhol Adolpho Alonso.

Espanhol, nascido em Orense, alfaiate, casado e alfabetizado, Alonso migrara para o Brasil com apenas seis (6) anos de idade, no ano de 1905, vivendo no país por 15 anos ininterruptos. Fragmentos de sua vida estão narradas em seu processo de expulsão,[12] datado de 1919, quando Alonso contava 20 anos. Registros de sua trajetória política no Brasil podem ser recuperados quando cruzamos os dados constantes de seu processo com a narração feita por Everardo Dias, seu companheiro de deportação no vapor Benevento, publicada, em capítulos, no jornal *Voz do Povo*.[13]

---

10 Ainda que alguns autores afirmem não haver contribuição possível dada por estes processos, incorrendo, inclusive, em alguns equívocos acerca da questão da qualificação dos processados, contestamos frontalmente essa tese. Sobre essas afirmações, ver, por exemplo: Sheldon Leslie Maran. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920)*. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

11 Everardo Dias, ao narrar a fuga de Adolpho Alonso. Cf. ——————. "Memórias de um exilado". *Voz do Povo*, nº 19, 25 de fevereiro de 1920, p.2.

12 Cf. ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 138. Cf., ainda, Everardo Dias. Op. cit. Caso narrado, também, em Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1966, p. 23.

13 A narrativa, com o título de "Memórias de um Exilado" foi publicada entre 21 de fevereiro e 3 de março de 1920, em 11 capítulos.

Segundo os dados constantes em seu processo, Alonso foi responsável pela confecção e distribuição de panfletos subversivos, com destaque para o intitulado "A socialização da mulher na Rússia", que transcrevia protestos da Liga Feminina Comunista do Rio de Janeiro contra o filme "*The New Moon*" (Lua Nova) e foram distribuídos em frente ao cinema Odeon, no centro da cidade. Dos protestos de rua participaram, também, o espanhol José Cid e o português Álvaro Duarte Cerdeira (natural de Paiva, solteiro, alfabetizado), como Alonso, expulsos em 1920.[14]

Através de uma linda história de amor, o filme, em um recorte que punha em foco o papel da mulher na Rússia pós 1917, apresentava denúncias apócrifas sobre a revolução.[15] Seu lançamento fora precedido de intensa propaganda veiculada nos jornais, visto marcar o lançamento de uma nova produtora: a *Select Films,* ao que se acrescentava o fato da atriz principal ser Norman Talmadge, verdadeira namoradinha da América.

Munidos de panfletos e de suas vozes discordantes, os anarquistas protestaram na rua, tornando-se o protesto prova irrefutável de atividades anarquistas, pelo menos, dos três processados com vistas à expulsão. Certamente por temer seu futuro ao chegar à Espanha, devido ao fato dos anarquistas serem presos na chegada ou proibidos de desembarcar, Alonso, aproveitando-se de uma parada do navio para abastecimento, fugiu da embarcação e desapareceu em terras africanas, "nunca mais dele se ouvindo falar". [16]

Os processos de expulsão de estrangeiros que compõem o módulo 101 do Setor do Poder Judiciário do Arquivo Nacional foram instituídos no Brasil como resultado das disposições do decreto nº 1641, de janeiro de 1907 (Lei Gordo), que regulamentava a entrada e saída de estrangeiros do Brasil, mas os debates sobre a adoção da expulsão como estratégia de combate aos imigrantes indesejáveis remontam aos tempos imperiais, quando os Chefes de Polícia, com base no aumento dos roubos e furtos na cidade, advogavam que o Brasil adotasse dispositivos mais rigorosos com os imigrantes. Já na República, um

---

[14] ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 139.

[15] O filme romanceava um decreto apócrifo que, a partir de Samara, circulara na imprensa mundial na primavera de 1918. Segundo este, todas as jovens entre 18 e 23 anos seriam requisitadas pelo governo bolchevique, com o objetivo de sua socialização. Sobre o filme, ver Lená Medeiros de Menezes. "Lua Nova: Hollywood e a propaganda contra-revolucionária". In: Lená M. Menezes, Denise Rollemberg e Oswaldo Munteal Filho. *Olhares sobre o político - novos ângulos, novas perspectivas.* Rio de Janeiro: Eduerj/FAPERJ, 2002, pp. 47-58.

[16] Cf. ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 138. Cf., ainda, Everardo Dias. "Memórias de um exilado". *Voz do Povo*, nº 19, 25 de fevereiro de 1920, p.2. Caso narrado em: Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1966, p. 23.

decreto de curta duração, instituído em 1893, foi responsável pela expulsão de 76 estrangeiros, a maior parte dos quais por "crime político".[17]

Embora fosse considerado inconstitucional pelos juristas, tendo em vista que a constituição garantia a igualdade entre brasileiros natos e estrangeiros residentes, além de defender, para ambos, o direito à livre expressão do pensamento, a lei de 1907 embasou os procedimentos de expulsão ao longo da Primeira República Brasileira (1907-1930), em consonância com os dispositivos do Direito Internacional no que tangia à matéria.

Alguns decretos posteriores viriam a modificar dispositivos, como tempo de residência, e estabelecer procedimentos a serem seguidos; dois deles merecem destaque, ambos datados de 1921. Um deles estabelecia regras sobre a entrada e saída de estrangeiros; o outro tratava da repressão ao anarquismo. Foi a partir de então que a perseguição por motivação ideológica e a expulsão dos estrangeiros qualificados como subversivos saíram, em parte, dos bastidores policiais, possibilitando que a repressão à militância radical tivesse amparo legal, com a definição de crime político.

As polêmicas só viriam a ter fim em 1926, quando uma emenda na constituição[18] contemplou e legitimou, constitucionalmente, a prática da expulsão por ato do Poder Executivo, pondo fim aos debates até então existentes; reforma que mereceu o artigo que se segue, intitulado *A indústria da deportação*, publicado pelo *Correio da Manhã:*

> Depois de reformada a constituição que passou a permitir a expulsão de estrangeiros por ato do Poder Executivo, os agentes de polícia, que já anteriormente concentravam na sua força grande valor, sentiram-se mais prestigiados, dependendo exclusivamente deles a permanência ou não de estrangeiros no Brasil, ou pelo menos no Distrito Federal.[19]

As dificuldades jurídicas existentes levaram à prática da expulsão ao total 'arrepio da lei', especialmente com relação aos anarquistas e comunistas não envolvidos com as alas radicais dos movimentos ou menos aguerridos em suas proposições, caso daqueles que se dedicavam à causa educacional.

---

[17] Segundo Geminiano de Franca (*Expulsão de Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1930), o decreto configurou-se como "verdadeiro arrastão", um "estado de sítio permanente contra o alienígera". O decreto de 1893 estabeleceu uma dupla orientação para a expulsão: por um lado, o combate ao crime comum; por outro, a repressão às ideologias consideradas perigosas, com destaque para o anarquismo. Esta dupla orientação comporia todo o arcabouço dos decretos e leis que se sucederam.

18 Alteração do parágrafo 33 do artigo 72 da Carta Magna.

19 Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1928, p. 3.

Apenas a configuração de participação na *Propaganda pela Ato* ou a prisão em flagrante nos movimentos de rua e nas greves facilitava a instauração de processos e a consecução da expulsão 'legalizada'. Com relação aos demais, mantinha-se a prática da expulsão sem processo.[20]

Os processos de expulsão instaurados entre 1907 e 1930 estão reunidos no módulo 101 do Setor do Poder Judiciário (SPJ) do Arquivo Nacional (pacotilhas IJJ7126 a IJJ7179). Nem todos eles, porém, são processos; tampouco sua totalidade refere-se a indivíduos residentes no Rio de Janeiro. Parte da documentação (minoritária) constitui-se por *habeas-corpus* e resposta a eles, despachos variados, pedidos de informação e registros de requisições feitas por órgãos governamentais de processos não retornados ao fundo. A evidência deixada por alguns dos pedidos de informações evidencia, claramente, que as expulsões, principalmente as que tinham motivações político-ideológicos, permaneciam sendo feitas sem qualquer amparo legal.

A documentação mencionada representa, assim, a ponta de um iceberg. Os cruzamentos entre os nomes que os processos indicam e determinadas relações nominais, como as que constam, dentre outras, dos relatórios ministeriais, mostram os descompassos existentes, podendo ser constatado que muitos foram os indivíduos expulsos contra os quais não foram instituídos processos.[21] Da mesma forma, deve ser lembrado que nem todo indivíduo processado foi expulso. Alguns puderam impetrar *habeas corpus* (por si só fontes riquíssimas) e, assim, escapar da ação policial, com a decisão do processo sendo encaminhada ao Poder Judiciário; caso destacado dos acusados de vender o jogo do bicho.[22] Outros tornaram-se protagonistas de amplas discussões na Câmara dos Deputados, saindo dos bastidores para comover a opinião pública. Por outro lado, alguns ofícios e memorandos, com a tarja de confidenciais, apensados à documentação relativa à Polícia da Corte, referente aos anos de 1920-21, do Arquivo Histórico do Itamarati comprovam a prática da expulsão sem processo.

---

20 Nesse aspecto, não é verdadeira a prática tão difundida de que os anarquistas fossem expulsos com outras qualificações. O tráfico de brancas era uma realidade e a vadiagem, considerada a antesala do crime, um "mal" a ser extirpado, fossem quais fossem as razões para sua existência. Quanto à expulsão sem processo, ver Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 226.

21 Para o ano de 1919, por exemplo, o número de portugueses residentes no Rio de Janeiro sobre os quais há processos ou pedidos de informações (Módulo 101 do Arquivo Nacional) atinge a cifra de 22 homens. O Relatório do Ministro da Justiça relativo ao mesmo ano, registra o nome de mais 10 indivíduos que não o foram. Para 1927, o cômputo é de mais 19 além daqueles que foram devidamente processados.

22 A interveniência da Justiça só se dava através do *habeas corpus*, pois os processos de expulsão eram administrativos. Ou seja, tramitavam na esfera do Poder Executivo.

De uma maneira geral, podemos dizer que os processos permitem trazer à luz trajetórias de vida cumpridas por indivíduos que atingiram limites extremos no embate com o Estado de acolhida, quer por seus comportamentos considerados 'desviantes', quer por suas ações em termos de militância político-ideológica. Em qualquer um dos casos, eles foram considerados indesejáveis,. Ou seja, perigosos aos interesses do país e da república e/ou nocivos à sociedade.

Para além das mitologias que consagram a imagem do imigrante bem sucedido, os processos em pauta permitem o estudo daqueles que, por opção ou por força das circunstâncias, colocaram-se ou foram colocados à margem do mercado de trabalho. Permitem, ainda, analisar a participação do imigrante no movimento operário que se estruturava: forma possível de tentar alterar as condições de trabalho e vida oferecidas. Para além de tudo isto, permitem que o imigrante pobre seja destacado como ator histórico, ensejando exercícios dialéticos entre o particular e o geral. Em alguns processos há precisão de detalhes nos autos de identificação. Em outros, determinados silêncios permitem a discussão de algumas questões sobre o perfil dos indivíduos que migravam. É o caso daqueles que conseguiam dizer a idade ou indicar, com precisão, seu local de origem.

Os autos de declaração dos processos movidos contra Alípio dos Santos, processado e expulso como ladrão, e Manoel Barbosa de Oliveira, processado como falsário, ilustram bem os distanciamentos mencionados.

O processo movido a Alípio dos Santos nos informa que ele nasceu na Aldeia de Travanca, Província de Trás-os-Montes, era empregado no comércio, solteiro, 26 anos, alfabetizado e morador de Botafogo, próximo ao Palácio do Catete, sede do governo da Republica, tendo entrado no Brasil em 1815.[23] No caso de Manoel B. de Oliveira, as únicas informações possíveis são as de que ele era negociante falido, alfabetizado, 44 anos e morador em rua do centro da cidade.[24]

Nos casos em que não há processos, mas pedidos de informações, por vezes estes mostram-se significativas. É o caso da documentação relativa a Rodolfo Marques Costa ou Joaquim Marques Costa.

Rodolfo ou Joaquim era carpinteiro, casado e alfabetizado. Um pedido de informações nos permite saber que ele fora preso em Lisboa, no ano de 1924, quando praticava atentado contra hotel localizado na capital portuguesa. Na ocasião do inquérito, as autoridades portuguesas tomaram

23 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 136.
24 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 163.

conhecimento de sua expulsão do Brasil, provavelmente naquele mesmo ano, quando o réu tinha 30 anos. Embora não haja nenhuma informação sobre essa expulsão, não sendo nem mesmo possível saber se houve alguma resposta das autoridades brasileiras às portuguesas, as informações contidas no documento existente são significativas para o estudo da circulação internacional de indivíduos como Rodolfo Costa.

Por vezes, algumas informações prestadas despertam o interesse salutar do pesquisador buscar novos dados sobre o processado, recorrendo a outros tipos de fontes, o que permite ampliar a sua trajetória de vida. Foi o que sucedeu no caso de José Madeira, cujo processo não existe, mas um pedido de informação nos informa que fora expulso em 19191, como anarquista, e que tivera negado seu pedido de retorno ao Brasil. Dados relevantes sobre sua expulsão encontram-se nos Anais da Câmara dos Deputados, onde o caso teve ampla repercussão, apresentado pelo deputado Maurício de Lacerda, um dos poucos que se colocava em defesa da causa operária.

Através de carta lida em plenário, os deputados tomaram conhecimento que José Madeira chegara ao Brasil em 1912. Segundo ele: "envolvido na onda imigratória que se efetuava de Portugal para o Brasil". A crise de trabalho por ele enfrentada, quando estava no país faziam dois anos, roubou-lhe "as ilusões antes sonhadas", levando-o a participar de comícios operários. Em um desses comícios, de acordo com sua narrativa, presenciou a prisão de três operários que seriam os oradores do comício. Ao subir à tribuna para explicar o ocorrido, foi taxado de "orador operário", acabando por ser expulso sem qualquer condição de defesa, não tendo sido interrogado nem ouvidas testemunhas. Apesar das discussões travadas, não há registro de sua volta ao Brasil. [25]

A história de José Madeira comprova, portanto, que, apesar da lei de 1907 e dos decretos que, posteriormente, a complementaram, a expulsão sem processo permaneceu configurando-se como estratégia de defesa da ordem.

Apesar das limitações existentes, a crítica interna dos processos e dos despachos que compõem a documentação demonstra que, embora fosse autoritária a atuação policial, há elementos suficientes para comprovar a qualificação dos acusados, o que contesta a tese tão difundida de que os anarquistas eram expulsos sob outras qualificações, dentre elas o de caftismo, o que nos leva a crer que existia um desconhecimento acerca da dimensão do tráfico de brancas na virada do século. É verdade que muito poucos anarquistas responderam a processos, mas não é verídico que tivessem sido

25 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 162 e BRASIL. Annaes da Câmara dos Deputados de 1920. Citado em *Os Indesejáveis*, op. cit. pp. 221-223.

expulsos como cáftens. O fato era decorrência das dificuldades interpostas pela própria Constituição quanto à liberdade de expressão, fazendo com que a maioria dos processados fossem justamente os partidários da Propaganda pelo Ato ou indivíduos presos em flagrante por ocasião de greves, criminalizadas pelo Código Penal.

Analisado todo o módulo 101 e excluídos os processos relativos aos outros estados e os pedidos de informação que não trazem dados significativos, podemos contabilizar um total de 541 processos relativos ao Rio de Janeiro, segundo a seguinte distribuição:[26]

Distribuição dos processos por nacionalidades e acusação

Nacionalidades	Roubo e Furto	'Crime' político	Vadiagem	Lenocínio Caftismo	Vigarice	Moeda Falsa	Tóxicos	Jogo Bicho	Totais
Portugueses	63	52	26	22	5	8		4	179
Espanhóis	32	23	8	18		2	1		84
Russos/ poloneses/ austríacos[27]	2	8	1	59					70
Italianos	15	4	2	30	4	4		1	60
Sul-Americanos[28]	30	3	3	11	4		1	1	
Franceses/belgas/ suíços[29]	5		1	31		1			38
Ingleses	3		3	2					08
Alemães/ dinamarqueses	1		1	6					08
Rumenos	2	2		6					10
Chineses/ Japoneses/filipinos	2			1			4		07
Gregos/Turcos	1		1	3	1				06
N.americanos	1			3		1			05
Marroquinos/ argelinos	1			3			1		05
Sírios	1		1	2					04
Mexicanos	2								02
Cubanos/jamaicanos	1		1						02
Totais	163	90	48	197	14	16	07	06	541

26 Este resultado descarta, ainda, do conjunto da documentação, os processos duplicados, por conta da utilização, por um mesmo indivíduo, de vários nomes, existindo processos reproduzidos para cada um dos nomes utilizados por cada indivíduo. .

27 Total de 42 russos, 18 poloneses e 10 austríacos.

28 Total de 28 argentinos, 19 uruguaios, 6 chilenos e 1 boliviano.

29 Total de 34 franceses, 3 belgas e 1 suíço.

No total, há o registro de trinta países indicados como locais de partida, contemplando não só a Europa Ocidental, mas também a Europa Central e de Leste, a Europa balcânica, a América do Norte e Central, a América Latina e a Ásia. Dentre todos, porém, os portugueses representam a maioria (33,08%), seguindo-se os espanhóis (15,52%), os italianos (12,93%), os russos (7.74%), os franceses (6.27%) e os argentinos (5.16%).[30] Observe-se que essa ordenação, como não podia deixar de acontecer, tinha correspondência, em termos de impacto numérico e com distorções facilmente explicáveis, com os totais relativos às diferentes colônias estrangeiras presentes na cidade. Segundo os Censos, por exemplo, eram 124.352 os estrangeiros residentes na cidade em 1890 e 239.129 em 1920. Nesse total, os portugueses representavam, 78,32% em 1890 e 72,06% em 1920; os italianos, 13,01% em 1890 e 9, 17% em 1920; os espanhóis 8,04% em 1890 e 7,65% em 1920; os franceses 2,91% em 1890 e 1,47% em 1920; os argentinos 0,35% em 1890; os russos 0,30% em 1890 e 0,83% em 1920.

Confrontados estes números, observa-se que os processos atingiram, com maior impacto e maiores distorções numéricas entre total de residentes e total de indivíduos expulsos, nacionalidades ligadas ao tráfico internacional de mulheres, caso de russos, franceses e argentinos. No caso dos portugueses, as distorções mostravam-se positivas, ou seja, bem abaixo de seu impacto na colônia estrangeira, embora deva ser lembrado que muitos anarquistas foram expulsos sem processo e, no caso do Rio de Janeiro, esta militância estava constituída, em sua maioria, por portugueses. No total, são 171 os portugueses contra os quais há processos, número que alcança o total de 179, caso sejam incluídos alguns pedidos de informações.

No tocante à distribuição por delito cometido, os portugueses são maioria em quase todas as qualificações contempladas nos processos, com o destaque aos delitos relacionados à pobreza e à falta de oportunidades no mercado de trabalho, bem como àqueles relacionados à contestação operária, marcante em determinadas conjunturas. A exceção fica por conta dos crimes internacionais, caso do caftismo[31] - onde a primazia cabe a russos, poloneses

30 Este resultado descarta, ainda, do conjunto da documentação, os processos duplicados, por conta da utilização, por um mesmo indivíduo, de vários nomes, existindo processos reproduzidos para cada um dos nomes utilizados por cada indivíduo.

31 O caftismo estava vinculado ao tráfico de mulheres. Desta forma, ele representava outro patamar no universo do lenocínio. Este, por sua vez, foi contemplado como crime no Brasil, pela primeira vez, pelo Código Penal da República, em 1890.

e franceses - e da venda de entorpecentes, criminalizada após o Tratado de Versalhes, praticada, quase que exclusivamente, por chineses.

A quantificação de dados fornecidos nos autos de identificação que compõem os processos permite-nos chegar a algumas conclusões significativas sobre o perfil dos acusados. O cruzamento entre alguns destes dados, por outro lado, adensam análises e ampliam as possibilidades de análises no sentido de uma melhor compreensão de determinadas dimensões dos bastidores da imigração urbana.

Distribuição Por Ano de Instauração do Processo
(Total da amostra: 171)

Ano	Total	Ano	Total
1907	37	1919	6
1908	15	1920	12
1909	8	1921	13
1910	1	1922	-
1911	2	1923	1
1912	-	1924	4
1913	2	1925	1
1914	2	1926	-
1915	-	1927	19
1916	-	1928	19
1917	-	1929	15
1918	-	1930	14

A análise dos fluxos de expulsão sob a perspectiva da temporalidade demonstra que a expulsão tendeu a acompanhar os momentos de acirramento dos protestos operários (conjuntura 1917-1921, com destaque às greves de 1917 e 1918, ao 'ano vermelho' de 1919 e à onda de explosões em padarias de 1920), as campanhas policiais destinadas a promover a 'limpeza urbana' (1907) e a entrada em vigor de novas disposições legais (1907, 1921, 1926). Por outro lado, conjunturas de endurecimento do regime anteriores a 1927, estão marcadas pela ausência dos procedimentos processuais (caso de 1922), embora saibamos, por outras fontes, que a repressão abatia-se sobre os estrangeiros.

Distribuição por idade de chegada ao país
(Total da amostra, 78)

Faixa Etária	Totais	Faixa Etária	Totais
Com menos de 10 anos	15	Entre 26 e 30 anos	9
Entre 11 e 15 anos	15	Entre 31 e 35 anos	1
Entre 16 e 20 anos	13	Com mais de 40 anos	3
Entre 21 e 25 anos	22		

Em um total de 78 processos, que nos permitem saber a data de chegada do processado ao país, 64.10% foram instaurados contra jovens entre os 11 e 25 anos, comprovando que a tendência imigratória para a cidade contemplava a da vinda de jovens solteiros, grande parte dos quais - certamente a maioria – estava formada pelos meninos-homem aos quais já fizemos referência. Um deles foi Luiz Manoel dos Santos (vulgo *O Chorão*). Natural de Viana do Castelo, Luiz Manoel tinha 22 anos no momento do processo. Era solteiro, alfabetizado, caixeiro por profissão e morava na Ladeira de Santo Antonio, no centro da cidade. Entrara no país em 1893, com apenas oito (8) anos de idade e foi expulso, como gatuno, no ano de 1907.[32]

Distribuição por idade e delito cometido (Total da amostra: 173)

Delito/Idade	12/15	16/20	21/25	26/30	31/35	36/40	41/50	51/60	Mais de 60	Totais
Furto		03	07	01		01	01		01	14
Roubo		06	11	09	09	06	05	01		47
Anarquismo Comunismo			15	15	05	11	01			47
Vadiagem	02	05	06	04	02	02	02	03	01	27
Lenocínio			03	06	06	02	04			21
Vigarice			01	02	02					05
Moeda falsa					01		06	01		08
Jogo Bicho				01		01	02			4
Totais	02	14	43	38	25	23	20	05	02	173

[32] ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 176.

Diferente de outras nacionalidades, principalmente daquelas relacionadas ao crime internacional, os portugueses, regra geral, declaravam sua profissão real e enquadravam-se em delitos que guardavam vínculos diretos ou indiretos com o mercado de trabalho. Mesmo no caso da vadiagem, considerada pelas autoridades competentes como ante-sala do crime, as condições de um mercado de trabalho de muitos limites explicavam alguns casos, sendo possível perceber que vários situavam-se em faixas etárias limítrofes considerado o mercado de trabalho. Alguns eram indivíduos jovens (caixeiros que perdiam o emprego e, portanto, casa e comida), idosos ou portadores de deficiências físicas, com menções, inclusive, a mutilações provenientes de acidentes de trabalho. O mesmo se aplicava aos ladrões, alguns dos quais tinham emprego fixo, mas buscavam dinheiro suplementar, comprovando que os mundos do trabalho e da marginalidade tinham fronteiras fluidas e intercambiáveis.

Alguns foram expulsos com idades avançadas, casos de Joaquim Teixeira, Mathias Correa, Alexandre Costa, Albino Luiz da Silva, Germano Ribeiro Pinto e Antonio Fraga Ferreira, expulsos, respectivamente, com 72, 63, 57, 54 e, os dois últimos, com 53 anos,[33] Todos eles por furto, vadiagem e/ou mendicância.

Com relação à incidência etária dos diferentes delitos, não ocorriam grandes distanciamentos, com concentração maior entre os 21 e 30 anos. Diferença maior registra-se no tocante ao lenocínio (concentração entre os 26 e 30 anos), moeda falsa e jogo do bicho (concentração entre os 41 e 50 anos). Quanto ao lenocínio, a idade mais elevada explica-se facilmente quando sabemos que, na maior parte das vezes, o acusado explorava sua própria esposa ou companheira. No caso do jogo do bicho, os processos atingiram comerciantes estabelecidos ou indivíduos portadores de bens, razão a mais para que pudessem contratar advogados e impetrar *habeas corpus.* Para a introdução de moeda falsa no mercado, a necessidade de malícia na ação delituosa pode explicar a incidência numérica em idades mais avançadas. Veja-se o caso de Armando Augusto Nunes. Natural de trás os Montes, solteiro, alfabetizado e morador em um subúrbio da cidade, Armando tinha 44 anos quando foi expulso como falsário, após residir no país por 32 anos. Era membro de uma quadrilha que atuava no Rio, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.[34]

---

33 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinhas IJJ7170, IJJ7 129, IJJ7 126, IJJ7 153, IJJ7 129.
34 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 126.

Distribuição por profissão e delito cometido
(Total da amostra: 171)

Profissão/Delito	Furto e Roubo	Motivo Político	Vadiagem	Lenocínio Caftismo	Conto Vigário	Moeda falsa	Jogo do Bicho	TOTAIS	Analfabetos
Açougueiro				1				1	
Alfaiate	2							2	
Ambulante	1			2			1	4	1
Barbeiro	1	1		2				4	
Caixeiro	5		1					6	
Calafate	1							1	1
Carpinteiro	1	8						9	
Catracino	1							1	
Carvoeiro	1							1	
Comércio	23	2	6	7	4	1	2	45	6
Copeiro/garçon	1	3	1					5	1
Cozinheiro	3		2					5	2
Costureira				1				1	1
Doméstica				1				1	
Estivador	1							1	1
Estucador		2						2	
Ferreiro	2	1	3					6	4
Fiscal		2						2	
Fotógrafo						1		1	
Funileiro	1							1	1
Jardineiro	1		1					2	
Marítimo		1		1				2	1
Mecânico	1	1						2	
Motorista	1			2				3	1
Negociante	1			1		2		4	
Operário	2	5	2			1		10	3
Padeiro	1	12	2	1				16	4
Peixeiro				1				1	1
Pedreiro	1	2	1			1		5	1
Pescador			1					1	1
Pintor		3	1					4	
Quitandeiro				1				1	1
Relojoeiro	1							1	
Sapateiro	2	2					1	5	2

S/profissão			3	1				4	2
Serralheiro	2							2	1
Tamanqueiro		1						1	
Tecelão		1						1	
Tintureiro	1	1						2	
Trabalhador	1	1	1		1			4	2
Totais	59	49	25	22	5	6	4	170	39

Dois exemplos principais emergem do cruzamento desses dados. O primeiro refere-se à concentração de gatunos e ladrões com profissões ligadas ao comércio, o mesmo que se dá com a vadiagem. Isto indica não só o que já foi dito sobre a questão dos caixeiros, para os quais a perda do emprego significava a perda do lar e das sanções impostas pelo 'pai-patrão', quanto à dificuldade do comércio absorver uma mão de obra, nem sempre qualificada, que chegava em continuidade. Há inúmeras referências, oficiais e literárias, aos jovens imigrantes vadios que perambulavam pelas ruas da cidade, alternando a permanência nas ruas com o cárcere, sempre prontos a causar tumultos e aquecer os motins, como nos relata Lima Barreto. Um deles foi Antonio Cardoso, empregado no comércio, alfabetizado, morador nas periferias da cidade, expulso em 1928 com 20 anos, por vadiagem e furto, com 15 registros em seu prontuário e prisões desde os 14 anos.[35]

O segundo exemplo é o dos padeiros que, ao lado dos trabalhadores em construção civil - mas tendo proeminência percentual sobre estes - constituem o grupo dos anarquistas mais radicais, envolvidos com explosões por bombas de dinamite. A explicação, segundo nosso ponto de vista, eram as péssimas condições de trabalho, marcadas pela alta temperatura dos fornos e as jornadas na madrugada (1ª fornada), o que levou, por exemplo, uma das associações de classe a propor a tese do "pão higiênico", que contestava o consumo do pão quente; tese refutada, como despolitizadora, pela associação de classe rival.

Dois destes anarquistas radicais foram Artur Antonio da Silva e Bento Santos. O primeiro era natural da freguesia de Mansulo, carpinteiro por profissão, casado, alfabetizado e residente no país por oito anos, preso em

35 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 126.

flagrante e expulso em 1920, acusado de colocar explosivos sobre os trilhos do bonde.[36] O segundo, natural de Figueira da Foz, padeiro, solteiro e alfabetizado. Havia entrado no Brasil em 1912, com 16 anos, e foi expulso em 1920 com 24, por praticar atentados a dinamite contra padarias da cidade.[37]

Distribuição por Estado Civil e Delito Cometido
(Total da amostra:164)

Delito/Estado Civil/ Gênero	Solteiros	Casados	Viúvos	Totais	Mulheres	
					Solteiras	Casadas
Furto	11	2		13		
Roubo	34	11	1	46		
Anarquismo Comunismo	35	13	1	49		
Vadiagem	23	2		25		
Lenocínio/caftismo	11	6		17	2	
Conto do Vigário	1	4		5		
Moeda falsa	4	1		5		
Jogo do Bicho	2	2		4		
Totais	121	41	**2**	164	2	0

Como não podia deixar de ser, considerando-os as características da imigração para cidade do Rio de Janeiro, sempre marcada pela presença de homens sós, a maioria dos processos atingiu indivíduos solteiros. Para além da comprovação dessa tendência, o cruzamento dos dados comprova que os homens casados arriscavam-se menos em ações arrojadas, tanto com relação ao crime quanto à contestação política. No total dos 164 casos que compõem o total da amostra, apenas 25% referem-se a homens casados. Deve ser registrado, como explicação a mais do comportamento mais comedido dos homens casados, ou mesmo viúvos, o fato da expulsão ser um ato individual, o que representava, para um indivíduo que fosse expulso e não pudesse arcar com os custos da viagem do restante da família, que esta permaneceria em solo brasileiro, desintegrando-se a família, com a possibilidade de nunca mais se produzir sua recomposição.

36 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 139.
37 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 134.

Considerado o recorte de gênero, o número de mulheres processadas é insignificante. Em apenas dois casos houve processo movido a mulheres, por prática de lenocínio, sendo que uma das mulheres processadas tinha vínculos explícitos com o tráfico internacional.

Distribuição por Regiões
(Amostra: 128)

Região	Localidades mencionadas (Concelhos, Distritos e Aldeias)	Totais
Trás-os-Montes e Alto Douro	Bragança, Vila Real, Santa Maria, Fornelos, Rio do Mel, Travanca.	47
Entre-Douro e Minho	Viana do Castelo, Braga, Porto, Amarante,Vila do Conde, Ponte da Barca, Caminha, Figueira..	30
Beira Litoral	Coimbra, Beira Baixa, Paiva, Castelo de Paiva, Viseu,Vila da Feira, Figueira da Foz, Moimenta da Beira, Ovan, Vila Nova de Paiva, Arouca	20
Beira Interior	Beira Alta, Vila Nova de Foz Côa, Guarda	9
Estremadura e Ribatejo	Pedrogão Grande, Vila de Avelar	2
Lisboa e Setubal	Lisboa	10
Alentejo	Beja	1
Algarve	Faro e Lagos	2
Ilhas	Val das Flores. Em geral, está indicado o nome do arquipélago (Madeira) ou da ilha (São Miguel)	7

Acompanhando a tendência geral da imigração para o Brasil – e especialmente para o Rio de Janeiro – 60.15% dentre aqueles que indicaram o local de procedência e/ou de nascimento, eram originários do norte de Portugal. É interessante, ainda, destacar que pouquíssimos quiseram ou souberam indicar, com precisão, o local de nascimento. O caso de Germano Ribeiro Pinto é exceção. Serralheiro, casado, expulso em 1928 com 53 anos, após 22 anos de residência no Brasil, Germano disse ser natural de Tonda, Conselho de Tondella, antigo Bispado de Vizeu. Ao contrário dele, muitos só indicavam a região ou a sub-região de origem.

Distribuição Por Tempo de Residência no País e Delito Cometido
(Amostra: 87)

Delito/Tempo de residência	Menos de 1 ano	1 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	Mais de 25	Totais
Furto	1								1
Roubo	1	2		2	8	6	5	1	25
Anarquismo Comunismo	1	1	4	11	2	3			22
Vadiagem	1	1		3				1	6
Lenocínio		3		4	1	4	1		13
Conto do Vigário	1			8			1		10
Moeda falsa						1	2	3	6
Jogo do Bicho						4			4
Totais	5	7	4	28	11	18	9	5	87

Como a Constituição garantia a igualdade entre nacionais e estrangeiros residentes, a questão do tempo de residência tornou-se a questão crucial para aqueles que legislavam sobre expulsão. Inicialmente dois anos bastavam como prova de residência, posteriormente, passaram a ser advogados cinco anos. A necessidade de conceituar o conceito da residência foi preocupação que varou os tempos. Para Rui Barbosa, por exemplo, a residência configurava-se quando "o estrangeiro se começa a radicar no solo pátrio pela intenção, pela afeição e pela duração que se traduzem na residência". Segundo seu modo de ver, não lograria o benefício constitucional do artigo 72 "os aventureiros internacionais da anarquia, os resíduos da mendicidade e do vício europeu".

Uma análise do quadro acima, entretanto, nos demonstra que, em grande parte das vezes, os indivíduos expulsos estavam no país para muito além dos prazos de 2 ou 5 anos. A grande maioria dos processados (81.60%) tinha mais de 6 anos de residência no país, com 36.78% tendo mais de 15 anos. É o que comprova, por exemplo, Joaquim José da Cruz, que foi expulso do país após 22 anos de domicílio na cidade,[38] demonstrando que muitos dos 'vícios' eram desenvolvidos no país, sendo, muitas vezes, fruto das dificuldades colocadas pelo mercado de trabalho.

38 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7166.

Dessa forma, o discurso oficial não correspondia á realidade dos fatos, pelo menos, em dois sentidos. Em primeiro lugar, por comprovarem que as formas de recrutamento e admissão não eram as responsáveis únicas pela criminalidade, pois muitos haviam chegado ao país crianças ou jovens adolescentes e os registros de suas atividades delituosas eram bem posteriores a sua chegada. Em segundo lugar, tomados os anarquistas como destaque, estes não correspondiam, de forma alguma, às "aves de arribação" de que falavam as autoridades constituídas. Não só vários haviam chegado quando eram crianças, tornando-se anarquistas em solo brasileiro, como outros haviam vivido grande parte de sua vida no Brasil. Desta forma, toda a discussão sobre a elevação de dois para cinco anos para definição do tempo de residência a que se referia a constituição era totalmente sem sentido, considerando-se que apenas 16 dos processados (18,39%) viviam no Brasil há menos de cinco anos.

Todas as discussões até aqui travadas nos levam a afirmar que os limites existentes com relação aos processos de expulsão não anulam sua importância como fontes para uma História Social da e(i)migração. Não só porque eles permitem um mergulho nos bastidores da imigração urbana, desvelando trajetórias de pobreza, revolta e fracasso, quanto porque permitem que determinados mitos sejam contestados, como o da projeção de italianos e espanhóis no movimento operário brasileiro, com a anulação ou minimização da participação portuguesa no processo, ou daqueles que isentam os países receptores de responsabilidades frente à criminalidade praticada por estrangeiros. Afinal, ontem como hoje, os sonhos desfeitos permanecem o drama esquecido de todo e qualquer processo migratório.

ANEXOS

1. Relação Nominal dos Indivíduos Processados com vistas à Expulsão
(* constam também nas listagens ministeriais)

1. Abel Ribeiro dos Santos (1921/anarquismo) - Freguesia do Mel (Trás os Montes) - padeiro, solteiro, alfabetizado, 25 anos.

*2. *Agostinho Tavares* (1914/lenocínio) - Arouca - comerciário, solteiro, alfabetizado, 23 anos.

3. Abílio Pereira de Oliveira (1923/roubo) – empregado no comércio, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1923, com 19 anos.

*4. *Alberto Ferreira Marques* ou Alberto Marques (1927/conto do vigário) –Ilha da Madeira - comerciante, casado, alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1919, com 25 anos.

5. Alberto Miranda, "Barbosa" (1907/roubo) - Lisboa - caixeiro, solteiro, 34 anos.

*6. *Albino Constantino* (1908/roubo e conto do vigário) – Douro - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1912, com 7 anos.

7. Albino Fernandes (1908/roubo) – carregador, alfabetizado, 22 anos. Posto em liberdade.

8. Albino Mendes ou Antonio Maria Pereira Mendes, Albino Barberdo da Cruz Mendes e Arthur Albino Barbedo da Cruz Mendes (1929/moeda falsa) - Almeida - fotógrafo, alfabetizado, 45 anos.

9. Albino Luiz da Silva (1928/moeda falsa) – Concelho da Ceia (Guarda) - negociante, casado, alfabetizado, 54 anos. Chegou em 1908, com 34 anos.

10. Albino Silva (1921/subversão) – Porto - mestre de navio, solteiro, alfabetizado, 36 anos.

11. Alcindo Gomes (1929/comunismo) – Porto - marceneiro, alfabetizado, solteiro, 34 anos. Chegou em 1919, com 24 anos.

*12. *Alexandre da Costa*, "José Pereira" (1908/embriaguez e vadiagem) – sem profissão, solteiro, analfabeto, 57 anos.

*13. *Alexandrino Valente Coutinho* (1921/anarquismo) - Villa da Beira Alta - padeiro, casado, alfabetizado, 24 anos. Voltou ao país e foi expulso novamente em 1924.

14. Alfredo Gonçalves (1929/comunismo) - Vianna do Castelo - padeiro, solteiro, analfabeto, 36 anos. Chegou em 1906, com 13 anos.

15. Alfredo Rodrigues Couto ou Alfredo Bento Lourenço (1929/roubo) - empregado em botequim, casado, alfabetizado.

16. Alfredo Pereira Paulo (1907/lenocínio, furto e moeda falsa) - Trás-os-Montes - barbeiro, solteiro, alfabetizado, 30 anos.

17. Alípio dos Santos (1929/roubo) - Aldeia de Travanca, Trás-os-Montes - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1915, com 14 anos.
*18. *Álvaro Duarte Cerdeira* (1920/anarquismo) - Concelho do Castelo, Paiva - tamanqueiro, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1900, com 9 anos de idade.
19. Amadeu José Bastos (1928/roubo) – Vizeu - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 25 anos. Chegou em 1914, com 11 anos.
20. André Joaquim Infante (1930/jogo do bicho) – Lagos, Algarve - comerciário, solteiro, alfabetizado, 41 anos. Chegou em 1910, com 21 anos.
21. Aníbal Serrano (1930/jogo do bicho) – Lisboa - sapateiro, casado, assinava o nome, 39 anos. Chegou em 1913, com 22 anos. Posto em liberdade.
22. Antero da Silva Araújo (1928/moeda falsa) – Foz Côa - comerciante, solteiro, alfabetizado, 44 anos. Chegou em 1893, com 9 anos.
23. Antonio Alves de Oliveira (1909/embriaguez e vadiagem) – Villa do Conde – s/profissão, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1908, com 26 anos
*24. *Antonio Alves da Silva* (1907/vadiagem) – Porto - ferreiro, solteiro, alfabetizado, 37 anos.
*25. *Antonio Alves Pereira Junior* (1920/subversão) – Porto - carpinteiro, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
*26. *Antonio Barbosa Cerqueira Junior* (1928/roubo) - Vianna do Castelo, confeiteiro, solteiro, alfabetizado, 49 anos. Chegou em 1906, com 27 anos.
27. Antonio Barbosa da Silva (1907/vadiagem) - Porto, padeiro, solteiro, analfabeto, 32 anos.
28. Antonio Cardoso ou Affonso Cardoso, João Baptista de Souza e Manoel Francisco (1930/roubo e vadiagem) – Braga - serralheiro, solteiro, analfabeto, 25 anos. Chegou em 1918, com 13 anos.
29. Antonio Cardoso (1928/roubo) – empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
30. Antonio Costa (1930/vadiagem e desordem) - Val das Fontes, Açores - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1922, com 13 anos.
*31. *Antonio da Costa Coelho* (1919/anarquismo) – empregado no comércio (vendedor de pão), solteiro e alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1910, com 23 anos.
*32. *Antonio da Silva Gomes (*1907/roubo) – Villa Real - solteiro, alfabetizado, 24 anos.
33. Antonio da Rocha Cardoso (1909/lenocínio) - açougueiro, solteiro, alfabetizado, 25 anos.
*34. *Antônio de Almeida Ribeiro* ou Antônio de Almeida, Castro Ribeiro, José de Almeida, Antônio Mariano Ribeiro, João de Almeida Ribeiro,

Antônio Mariano Almeida Ribeiro (1908/gatunagem e vadiagem) - Beira Alta - cozinheiro, solteiro, alfabetizado, 42 anos.
*35. *Antonio de Paiva* (1907/roubo) – Irajá - estivador, analfabeto, 31 anos.
36. Antônio de Souza ou Octacilio Acioli (1930/roubo) – Lisboa, garçom, solteiro, alfabetizado, 17 anos.
37. Antonio de Souza Meireles (1928/moeda falsa) – Porto - comerciante, alfabetizado, 35 anos. Chegou em 1906 com 13 anos.
38. Antonio Gonçalves de Moraes (1930/jogo do bicho) - Vizeu - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 30 anos. Chegou em 1913, com 13 anos.
*39. *Antonio dos Santos Barbosa* ou Antonio dos Santos (1907/vadiagem) - Minho, copeiro, solteiro, alfabetizado, 22 anos.
*40. *Antônio Fernandes Leite* (1920/anarquismo) - Concelho de Ovar - operário, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1915, com 16 anos.
*41. *Antonio Ferreira Braga* (1907/vagabundagem e roubo) – Porto - padeiro, morador do centro da cidade, solteiro, analfabeto, 23 anos. Chegou em 1905, com 21 anos.
42. Antonio Fraga Ferreira (1908/vadiagem) – Porto - padeiro, solteiro, alfabetizado, 53 anos.
*43. *Antonio Francisco Lopes* (1927/subversão) – Vizeu - fiscal, solteiro, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1923, com 18 anos.
44. Antonio Inacio Barbosa (1921/anarquismo) – Almeida - padeiro, casado, alfabetizado, 41 anos.
45. Antonio Guedes (1930/roubo e desordem) - Concelho de Vila Nova de Paiva - empregado no comércio casado, alfabetizado, 29 anos.
46. Antônio Goulart da Silva (1907/vadiagem) - pescador, sem residência, solteiro, analfabeto. Chegou em 1902 e disse não saber a idade.
47. **Antonio José Rodrigues* (1907/roubo) – caixeiro, solteiro, alfabetizado, 26 anos.
*48. *Antonio Lourenço de Azevedo* (1907/vadiagem) – Porto, empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
*49. *Antonio Machado* (1910/roubo e furto) – Amarante - alfaiate, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou, provavelmente, com tinha 12 anos.
50. Antonio Maria Machado (1908/vagabundagem) - Beira Baixa - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 27 anos.
51. Antonio Maria Matoso Camara ou Tomaz Pereira Rodrigues, Arlindo Antonio de Melo, Tomaz Rodrigues, Antonio Pinto Guimarães, Antonio Ferreira e Virgílio Alves Moreira (1907/vadiagem e furto) - Castelo de Paiva – s/profissão, solteiro, alfabetizado, 25 anos.
52. Antonio Moraes de Azevedo (1928/roubo) - Minho, alfaiate, solteiro, alfabetizado, 23 anos.

53. Antonio Pereira Magalhães (1930/anarquismo) - Distrito de Villa Real - servente, casado, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1927, com 23 anos.
54. Antônio Pereira Paulo ou Alfredo Pereira Paulo (1907/lenocínio, furto e moeda falsa) - Trás-os-Montes - comerciário, alfabetizado, 32 anos.
55. Antonio Pinto da Costa (1907/roubo) – Minho - caixeiro, solteiro, alfabetizado, 24 anos. Residiu nos USA, voltou a Portugal e depois migrou para o Brasil.
56. Antonio Pinto de Paiva ou Antonio Nunes Silva, João Pinto de Almeida. (1907/vagabundagem) – Lisboa – s/profissão, solteiro, alfabetizado, 19 anos.
57. Antonio Ramos (1919/anarquismo) - Concelho Vila do Conde - operário, solteiro, alfabetizado, 33 anos.
58. Antônio Ribeiro (1907/vadiagem) – ferreiro, solteiro, analfabeto, 22 anos.
*59. *Antonio Rodrigues* ou Adolpho Joaquim dos Reis (1927/conto do vigário e furto) – Lisboa - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 29 anos. Chegou em 1905, com 7 anos.
60. Antonio Rodrigues Chaves ou João Vitorino dos santos, Antonio Chaves de Oliveira, José Vasco da Silva, José Rodrigues dos Santos, Antonio Rodrigues Seabra (1907/vadiagem e furto) – Porto - comerciário, solteiro, alfabetizado, 22 anos.
61. Antônio Rodrigues da Silva (1919/anarquismo) – Ruar - carpinteiro, casado, alfabetizado, 36 anos. Chegou em 1910, com 27 anos.
62. Antônio Sampaio ou Antônio dos Santos, Mario da Silva (1907/roubo) – Vizeu, Beira Alta - tintureiro, viúvo, alfabetizado, 33 anos.
63. *Armando Augusto Nunes* (1928/moeda falsa) – Trás-os-Montes -, empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 44 anos. Chegou em 1896, com 22 anos.
64. Armando Ribeiro Navega (1929/caftismo) – empregado no comércio, casado, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1912, com 10 anos.
65. Armindo de Assunção Ferreira (1921/anarquismo) – Distrito da Guarda - tintureiro, solteiro, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1909, com 10 anos.
66. Artur Antônio da Silva (1920/anarquismo) - Freguesia de Mansulo, Beja - carpinteiro, casado, alfabetizado, 37 anos. Chegou em 1912 ou 1913, com 29 ou 30 anos.
67. Artur da Costa Gomes (1920/anarquismo) - Vila da Feira - sapateiro, casado, alfabetizado, 25 anos. Chegou em 1915, com 20 anos.
68. Artur Gomes de Almeida (1911/caftismo) – Douro - motorista, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou, provavelmente, em 1894, com 10 anos.
69. Augusto Dias da Silva ou Augusto Dias (1909/vadiagem e furto) – Coimbra - barbeiro, solteiro, alfabetizado, 31 anos.

*70. *Augusto Figueiras* (1927/furto e conto do vigário) – Concelho de Lagos, Algarve - industrial, casado, alfabetizado, 32 anos. Chegou no ano da expulsão.
71. *Augusto Frias* (1920/anarquismo) – Mochagata - sapateiro, viúvo, analfabeto, 37 anos.
72. *Benjamim Simões Araujo* (1929/roubo) – relojoeiro, solteiro, alfabetizado, 19 anos. Chegou em 1920, com 10 anos.
73. Bento Santos ou Bento Pinto (1920/anarquismo) - Figueira da Foz - padeiro, solteiro, alfabetizado, 24 anos. Chegou em 1912, com 16 anos. Acusado do uso de bombas
74. Gastão Ferreira (1928/roubo) – Minho - empregado no comércio, casado, analfabeto, 45 anos. Chegou em 1898, com 15 anos.
75. Germano Ribeiro Pinto ou Antonio José de Almeida (1928/roubo e conto do vigário) – Torda, Vizeu - serralheiro, casado, alfabetizado, 53 anos. Chegou em 1906, com 31 anos.
76. Guilherme Pacheco (1908/vagabundagem) - pintor, morador no centro da cidade, alfabetizado, 33 anos.
77. Herculano Correa (1920/subversão) - Distrito de Caminha - pedreiro, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
78. Jacinto da Costa Leite (1913/roubo) - comerciário, casado, alfabetizado, 39 anos.
79. João da Luz ou Pedro Paes, J. Anhori e João da Cruz(1907/vadiagem) – Minho - cozinheiro, solteiro, analfabeto, 37 anos.
*80. *João Machado* (1907/vadiagem) - s/profissão declarada, solteiro, alfabetizado, 23 anos.
81. João Manoel Teixeira (1928/roubo) - Bragança - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 18 anos. Chegou ainda menor.
82. João da Mota (1930/jogo do bicho) - Braga - comércio, casado, 48 anos. Chegou em 1901 ou 1902, com 18 ou 19 anos. Posto em liberdade.
*83. *João de Abreu* (1927/caftismo) - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 37 anos. Chegou em 1911, com 21 anos.
84. João de Souza Carvalho ou Joaquim de Souza Carvalho (1908/ vagabundagem) - caixeiro, solteiro, alfabetizado, 19 anos.
*85. *João dos Santos* (1914/caftismo) – Lisboa - barbeiro, morador no centro da cidade, solteiro, 24 anos, como caften.
86. João Ferreira da Silva ou João Ferreira (1907/furto) – Ilhas - pedreiro, casado, analfabeto, 24 anos
87. João Francisco Coelho ou José Francisco Coelho e Nestor Guimarães (1907/ roubo e vagabundagem) – Beira Alta - funileiro, solteiro, analfabeto, 23 anos.

88. João Gomes de Azevedo (1930/lenocínio) - freguesia de Boivanche, Concelho da Ponte da Barca - desempregado, só escrevia o nome, 35 anos. Chegou em 1921, com 26 anos.
89. João de Oliveira (1921/anarquismo) – Concelho da Pedrogão Grande – carpinteiro (construção civil), casado, alfabetizado, 27 anos. Acusado do uso de bombas.
90. João José Ferreira (1930/caftismo e vadiagem) – Minho - comissário de negócios, alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1923, com 26 anos.
91. João Luiz Pereira da Costa (1927/comunismo) - Traz-os-Montes - ferreiro, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou no ano da expulsão.
92. João Marques Melo (1920/anarquismo) – Figueira - padeiro (desempregado), solteiro, alfabetizado. Acusado do uso de bombas.
*93. *João Pereira* (1927/conto do vigário e atentados à propriedade) – Porto - trabalhador braçal, solteiro, analfabeto, 30 anos. Chegou no mesmo ano da expulsão.
94. Joaquim da Silva Guerra (1930/embriaguez e roubo) – Douro - jardineiro e agenciador de hotel, casado, 45 anos. Chegou ao Brasil em 1912, com 27 anos.
95. Joaquim de Souza Guimarães (1907/roubo) – Porto - vendedor de bilhetes, solteiro, alfabetizado.
96. Joaquim José da Cruz (1928/moeda falsa) – Minho - pedreiro, solteiro, alfabetizado, 43 anos. Chegou em 1906, com 21 anos.
97. Joaquim José Rodrigues (1924/anarquismo) – Villa da Feira - carpinteiro, casado, alfabetizado, 28 anos.
98. Joaquim Monteiro (1911/anarquismo) – operário estucador, casado. Acusado do uso de bombas. Já era ativista em Portugal.
*99. *Joaquim Montes Elias Pereira* (1913/lenocínio) – Fornellos - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 21 anos.
*100. *Joaquim Pereira Gonçalves* (1909/vadiagem e furto) – Porto - caixeiro, casado, alfabetizado, 24 anos.
101. Joaquim Pinto da Gama Filho (1929/vadiagem e furto) – empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 31 anos. Chegou em 1914, com 16 anos.
102. Joaquim Pinto dos Reis (1925/caftismo) – motorista, solteiro, alfabetizado, 29 anos. Chegou em 1913, com 17 anos.
*103. *Joaquim Vieira Gomes* ou José dos Santos, Antonio dos Santos, Joaquim Vieira (1907/vadiagem e furto) – Porto – solteiro, 22 anos.
*104. *Joaquim Moraes* (1920/anarquismo) - tecelão, solteiro, alfabetizado, 28 anos. Chegou em 1913, com 21 anos.
105. Joaquim Silva (1927/lenocínio) - Aldeia de Santa Maria dos Santos - comprador e vendedor de peixe, analfabeto (só assinava o nome, 50 anos). Chegou em 1920, com 43 anos.

106. Joaquim Teixeira ou Francisco Antonio Ferreira, Francisco Antonio de Almeida, José de Souza Neves (1907/furto) - Lisboa, torneiro, sem moradia, solteiro, analfabeto, 72 anos.

107. *Joaquim Vieira* (1907/furto) - Beira Alta - ferreiro e carroceiro, solteiro, analfabeto, 29 anos.

108. Jorge de Almeida (1920/anarquismo) - Aveiro - empregado no setor de transportes, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1912, com 13 anos.

109. José Antonio Fiúza (1909/vadiagem e furto) - Viana do Castelo - sapateiro, casado, alfabetizado, 37 anos. Pediu urgência na expulsão, abrindo mão de prazos.

*110. *José Almeida* ou João José de Almeida *(1908/vagabundagem)* – ferreiro, solteiro, analfabeto, 29 anos.

111. José Chaves (1921/anarquismo) - Villa Nova de Gaia - pintor, casado, alfabetizado, 30 anos.

112. José da Silva ou João da Cruz (1907/furto e roubo) - carregador de carvão, solteiro, analfabeto, 24 anos.

113. José dos Santos (1928/roubo) – Amaranto - empregado no comércio, solteiro, analfabeto, 26 anos. Chegou em 1912, com 10 anos.

114. José Arthur Pires (1929/roubo) - Trás-os-Montes - solteiro, alfabetizado, 25 anos. Chegou em 1920, com 16 anos.

115. José Barbosa de Oliveira (1908/vagabundagem) - Villa do Minho - empregado no comércio, solteiro, analfabeto, 19 anos. Chegou em 1900, com 11 anos.

116. José Carlos de Souza (1909/lenocínio) - Lisboa - marítimo e comerciante de toldos, casado, só assinava o nome, 49 anos. Chegou em 1908, com 48 anos.

117. José Fernandes Figueiredo (1921/anarquismo) - Distrito da Guarda - pintor, solteiro, alfabetizado, 38 anos.

*118. *José Gonçalves Rodrigues* (1907/roubo) – Minho - casado, alfabetizado, 36 anos.

119. José Guedes do Carmo ou José Guerra, José Carmo, José Guedes, José do Carmo Guedes (1927/roubo) – Vizeu – empregado no comércio, casado, alfabetizado, 32 anos. Chegou em 1915, com 20 anos.

120. José Gonçalves Brito ou João Gonçalves de Brito (1921/anarquismo) - Ilha da Madeira - trabalhador em carvão mineral, solteiro, 24 anos.

121. José Joaquim da Silveira ou José Joaquim da Silva (1907/roubo) – Porto - cozinheiro, alfabetizado, 40 anos.

*122. *José Maria Esteves* (1919/anarquismo) - Vizeu - mecânico-eletricista, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1913, com 15 anos.

123. José Joaquim Rodrigues (1928/roubo) – Vianna do Castelo – empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 41 anos.

124. José Martins (1909/vadiagem e desordem) - operário, solteiro, analfabeto, 15 anos.
125. José Martins Ruas (1921/anarquismo) - Vianna do Castelo - estucador, solteiro, alfabetizado, 38 anos.
126. José Pereira Gomes (1907/lenocínio e jogo do bicho) - Momenta da Beira - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1890, com 10 anos.
*127. *José Rosa da Silva* (1919/anarquismo) - Beira Alta - padeiro, solteiro, alfabetizado, 29 anos. Chegou em 1911, com 21 anos.
128. José Correa (1928/roubo) - Trás-os-Montes - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1906, com 11 anos.
*129. *José de Oliveira* (1927/lenocínio) - Minho, Guarda - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 48 anos.
130. José de Azevedo (1907/vadiagem) – servente de pedreiro, solteiro, alfabetizado, 21 anos.
131. José Gonçalves ou José Gonçalves do Couto, José Gonçalves de Castro (1907/furto) - Ilha da Madeira - vaqueiro, solteiro, analfabeto, 19 anos.
*132. José Joaquim Rodrigues (*1928/roubo) - Vianna do Castelo - empregado no comércio tecelão, solteiro, alfabetizado, 41 anos.
*133. *José Maria de Carvalho* (1927/anarquismo) – padeiro, solteiro, alfabetizado, 33 anos. Chegou ao Brasil em 1921, com 27 anos. Houve expulsão em 1918 e reingresso ilegal em 1921.
134. José Maria Oliveira ou Baltazar César de Oliveira, Belmiro da Fonseca, Henrique Pereira Barbosa, José Moreira de Oliveira (1907/vadiagem e furto) – empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
*135. *José Manoel Saldanha de Castro* ou Jorge Coelho (1927 – caftismo) – comerciante, casado, alfabetizado, 32 anos. Chegou em 1921, com 26 anos.
136. José Oliveira ou Antonio Andrade, Manoel Alves, José de Oliveira, José de Almeida (1929/roubo) –Lisboa, comerciante, solteiro, alfabetizado, 40 anos. Chegou em 1913, com 24 anos.
*137. *José Urbano de Paiva* ou Joaquim Rodrigues (1924/anarquismo) – pintor, solteiro, alfabetizado, 34 anos.
*138. *Julio César Leitão* (1927/anarquismo) - Concelho de Vila Nova de Foz Côa - barbeiro, solteiro, alfabetizado, 36 anos. Chegou em 1911, com 20 anos.
139. Julio Vicente de Andrade (1909/vadiagem) - operário, solteiro, analfabeto, 17 anos.
140. Justino de Carvalho – (1928/lenocínio) - Trás-os-Montes - quitandeiro, casado, analfabeto, 39 anos. Chegou em 1913, com 24 anos.

*141. *Justino Moreira* (1929/lenocínio) - Douro, Porto - vendedor ambulante, solteiro, alfabetizado.
142. Luiz Manoel dos Santos ou José Dumas (1907/roubo) - Vianna do Castelo - caixeiro, solteiro, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1893, com 8 anos.
143. Luiz Lourenço (1921/anarquismo) – padeiro, solteiro, alfabetizado, 37 anos.
*144. *Manoel Antonio Pereira* (1924/anarquismo) – Braga - garçon, solteiro, alfabetizado, 24 anos.
145. Lucas Pinto da Rocha (1930/comunismo) – Beira Alta - garçon, solteiro, alfabetizado, 26 anos.
146. Manoel Barbosa (1921/anarquismo) - Freguesia Padenue - padeiro, solteiro, alfabetizado, 25 anos. Acusado de uso de bombas.
*147. *Manoel Barbosa de Oliveira* (1908/vadiagem e roubo) – chofer de garagem, solteiro, alfabetizado.
*148. *Manoel Barbosa de Oliveira* (1924/moeda falsa) – negociante falido, alfabetizado, 44 anos. Teve *habeas corpus* aceito, mas consta na lista do Ministério da Justiça como expulso.
*149. *Manoel da Rocha Pires* (1927/anarquismo) - Trás-os-Montes - fiscal de bondes, solteiro, alfabetizado, 37 anos. Chegou em 1913, com 23 anos.
150. Manoel de Oliveira (1908/vadiagem e lenocínio) – vendedor, solteiro, analfabeto, 32 anos.
151. Manoel de Campos Moledo (1929/roubo) – negociante, casado, alfabetizado, 34 anos. Chegou em 1904, com 9 anos.
*152. *Manoel Dias Duarte* (1927/roubo) – Porto - ferreiro, solteiro, analfabeto, 36 anos. Chegou em 1911, com 20 anos.
153. Manoel Domingos de Magalhães (1907/embriaguez e vadiagem) – carregador de padaria, sem residência, solteiro, analfabeto, 28 anos.
154. Manoel Correia (1908/roubo) – Ilha da Madeira - calafate de navio, solteiro, analfabeto, 25 anos.
155. Manoel Fernandes Gomes Amorim ou Manoel Fernandes Sant'Anna (1919/anarquismo) - Porto, carpinteiro, casado, alfabetizado, 30 anos. Chegou em 1913, com 24 anos.
156. Manoel Gonçalves Ferreira (1929/moeda falsa) – Douro - operário, sem residência, solteiro, alfabetizado, 47 anos. Chegou por volta de 1896, provavelmente com 14 anos.
157. Manoel Moreira Grillo (1907/roubo) – Porto - comerciário, solteiro, alfabetizado, 20 anos.

*158. *Manoel Pereira da Costa* ou Luiz Pereira da Costa, Luiz Ferreira da Costa (1908/vagabundagem) - Vianna do Castelo - comerciário, solteiro, analfabeto, 20 anos.
159. Manoel Pereira (1927/anarquismo) – Braga - trabalhador braçal na construção civil, solteiro, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1926, com 25 anos.
*160. *Manoel Pimentel Teixeira* ou Manoel Miguel Teixeira, Manoel Teixeira, Manoel dos Santos, Manoel Pimentel Pereira (1927/roubo) - São Miguel, Açores - solteiro, analfabeto, 33 anos. Chegou em 1905, com 11 anos.
161. Manoel Tavares da Silva (1929/roubo) -Villa Nova de Gaia - garçon, sem endereço, solteiro, analfabeto, 37 anos. Chegou em 1915, com 23 anos.
162. Manoel Teixeira Alves ou Manoel Teixeira (1908/vadiagem) – Porto - cozinheiro, solteiro, analfabeto, 48 anos.
163. Manoel Rocha (1921/anarquismo) - Concelho de Annecão (Vila de Avellar) - pedreiro, casado, alfabetizado, 28 anos.
164. Manoel Soares (1928/roubo) – Lisboa - carpinteiro, solteiro, 19 anos. Chegou em 1909, com 2 anos.
165. Maria José Lamas (1927/lenocínio) – Porto - doméstica, solteira, alfabetizada, 27 anos. Chegou em 1925, com 25 anos.
166. Mathias Correa (1928/vadiagem e mendicância) – Vizeu - jardineiro, solteiro, alfabetizado, 63 anos. Chegou em 1918, com 53 anos.
167. Miguel Cardoso (1928/roubo) - Foz Côa - operário, solteiro, alfabetizado, 24 anos. Chegou em 1910, com 6 anos.
168. Raul Vieira de Castro (1929/desordem e roubo) – Porto - empregado no comércio, sem endereço, casado, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1911, com 8 anos.
169. Sebastião Lourenço (1920/anarquismo) – Vizeu - padeiro (carregador de pão), solteiro, analfabeto, 33 anos. Acusado do uso de bombas.
170. Serafim Augusto de Almeida (1930/jogo do bicho) – Coimbra - solteiro, analfabeto, 49 anos. Chegou em 1911, com 30 anos.
*171. *Thereza Lopes da Silva* (1927/lenocínio) - Vianna do Castelo - costureira, solteira, analfabeta, 32 anos. Chegou em 1911, com 16 anos.

2. Indivíduos que não foram processados, mas os pedidos de informações ou despachos juntadas à coleção (módulo 101) permitem a obtenção de dados importantes (* constam nas listagens ministeriais)
172. Adelino Gonçalves Ferreira (1930/desordem) - comerciário, solteiro, alfabetizado, 25 anos.
173. Américo Antonio de Mattos (1927/vadio) – Chegou em 1911.

*174. *Antonio José Vaz* (1924/anarquismo) – operário, solteiro, 25 anos.
*175. *Elysio do Nascimento* (1924/anarquismo) – copeiro, 26 anos, solteiro.
*176. *Joaquim Marques Costa* ou Rodolfo Marques da Costa (1924/ anarquismo) – carpinteiro, casado, alfabetizado.
*177. *José Madeira* (1919/anarquismo) – Pedido de retorno ao Brasil foi negado.
178. José Ferreira de Souza (1927) – s/profissão, 40 anos, solteiro.
*179. *Ricardo Corrêa Perpetuo* (1919/anarquismo) – Participou da greve insurreicional de novembro de 1918 no Rio de Janeiro.

3. Indivíduos não processados, cujos pedidos de informações ou despachos juntadas à coleção (módulo 101) permitem poucas algumas informações para análise (* constam nas listagens ministeriais)

Amaro José Marques Pereira ou Américo José Marques Pereira (1916 – expulsão por vadiagem); **Adriano Pinto da Costa* (1919 – expulsão por subversão) –*Antonio Maria Coelho* ou Emilio Coelho (1922 – expulsão por furto e vadiagem); **Galiano Testões* (1919 – expulsão por subversão); *Jorge Terceiro Natal* ou Antonio de Mattos, Antonio da Motta (1907 – expulsão por gatunagem); *João Marcelino* (1922 – expulsão sem indicação de motivo); *José de Aguiar*, 22 anos (expulsão por gatunagem e lenocínio); *José de Melo* (expulsão em 1922); *Manoel Carreiro Fontes* (1922 – expulsão por lenocínio); *Manoel da Costa Geraldes* (expulsão em 1923); *Manoel Pereira Silva* (1924 – acusação de lenocínio) - posto em liberdade; *Manoel Oliveira* (expulsão em 1921; *Tito Vespasiano Veral* (expulsão em 1906) – Província de Baltar, Trás-os-Montes.

4. Portugueses expulsos sobre os quais não há referências de processos, constando apenas nas listas do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores *Abílio Cabral* (1919), *Abílio Venâncio da Silva* (1924), *Adelino José Marques* (1908), *Albano dos Santos* (1919), *Alberto Augusto de Castro* (1919), *Alberto de Miranda* (1907), *Alberto Pinto* (1927), *Alexandre Azevedo* (1919), *Alexandre Pereira Paulo* (1907), *Annibal Monteiro* (1919), *Antonio ou Manuel de Almeida Resolvido* (1919), *Antonio Alves Barbosa* (1908), *Antonio Costa* (1919), *Antonio Alves de Oliveira* (1909), *Antonio da Rocha Cardoso* (1909), *Antonio de Almeida Ribeiro* (1907), *Antonio Ferreira Dias* (1913), *Antonio Ferreira Leite* (1924), *Antonio Francisco Ribeiro* (1907), *Antonio Eduardo Candeias* (1917), *Antonio Goulart da Silva* (1907), *Antonio Lopes de Carvalho* (1919), *Antonio Maria Mattoso Câmara* (1907), *Antonio*

Pereira Paulo (1907), *Antonio Pinto* (1927), *Antonio Ribeiro Ferreira* (1927), *Antonio Rodrigues Chaves* (1907), *Antonio Rodrigues da Silva* (1919), *Antonio Silva* (1919), *Arthur do Nascimento* (1913), *Augusto Valério* (1909), *Carlos Bandeira de Crespo Foro* (1925), *Carlos Pinto de Barros Filho* (1914), *Clemente Cardoso* (1908), *Custodio Fernandez da Silva* (1909), *Diamantino José Vieira Machado* (1917), *Eduardo Gomes* (1916), *Eduardo Pereira da Costa* (1907), *Euclides Pinche* (1927), *Francisco de Almeida* (1908), *Francisco Cerqueira* (1907), *Gil Paiva* (1927), *Gumercindo Gonçalves* (1919), *Hermínio Almeida Sousa* (1913), *João Carlos* (1919), *João Felippe* (1927), *João Ferreira* (1907), *João Luis Pereira da Costa* (1927), *João Martins* (1909), *João Soares Barbosa* (1927), *Joaquim da Silva* (1927), *Joaquim de Sousa Guimarães* (1907), *Joaquim dos Santos* (1919), *Joaquim Ferreira* (1907), *Joaquim Ferreira da Costa* (1927), *Joaquim Pereira Gonçalves* (1909), *Joaquim Pinto* (1927), *Joaquim Taboada* (1919), *José Antonio Fiúza* (1909), *José Augusto Gonçalves Amorim* (1919), *José Carlos de Sousa* (1909), *José Cerqueira* (1927), *José de Freitas* (1927), *José da Silva* (1907), *José de Azevedo Maia* (1907), *José de Farias* (1909), *José Garcia* (1907), *José Maria Coelho* (1927), *José Marques* (1927), *José Meira de Oliveira* (1907), *José Mota d'Assumpção* (1917), *José Pereira Botello de Araújo* (1919), *José Pereira Gomes* (1907), *Hypolito de Resende* (1927), *Lino do Nascimento* (1919), *Lourenço José da Costa* (1909), *Luis Manoel dos Santos* (1907), *Manoel Correa* (1908), *Manoel de Oliveira* (1909), *Manoel de Sousa* (1927), *Manoel Domingues Magalhães* (1907), *Manoel dos Santos* (1917), *Manoel dos Santos Silva* (1917), *Manoel Fernandez Sant'Anna ou Manoel Fernandes Gomes de Amorim* (1919), *Manoel Ferreira* (1919), *Manoel Ferreira Bello* (1914), *Manoel Ferreira da Costa* (1907), *Manoel Francisco Fructuoso* (1927), *Manoel Gama* (1919), *Manoel Gonçalves* (1919), *Manoel Maria* (1927), *Manoel Maria Madeiro* (1916), *Manoel Meirim* (1927), *Manoel Pereira* (1927), *Manoel Pereira* (1909), *Manoel Pereira da Silva* (1927), *Manoel Teixeira* (1908), *Manoel Simões dos Santos* (1927), *Miguel Affonso Correa* (1927), *Olympio Barreira* (1907), *Vaz Pinto Amaral* (1924), *Victorino Ferrão ou Victorino Muniz Ferrão* (1927), *Zeferino Ferreira de Sousa* (1914),